

Eletropaulo

Luz de Maringá S.A.

CNPJ: 54.646.827/0001-04

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Com relatório dos auditores independentes

Luz de Maringá S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações do fluxo de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores acionistas, a Administração da Luz de Maringá S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 2025

Diretoria executiva	Cargo
Francisco Scroffa	Diretor-Presidente
Rogério Mohallem	Diretor

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da

Luz de Maringá S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Luz de Maringá S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 20 de fevereiro de 2024 até 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luz de Maringá S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 20 de fevereiro de 2024 até 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024
<u>Ativo circulante</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.966
Ativo contratual da concessão	5	1.362
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		57
Total do ativo circulante		10.385
<u>Ativo não circulante</u>		
Ativo contratual da concessão	5	16.334
Total do ativo não circulante		16.334
Total do ativo		26.719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024
<u>Passivo circulante</u>		
Outras obrigações fiscais	6	187
Total do passivo circulante		187
<u>Passivo não circulante</u>		
Tributos diferidos	13	655
Total do passivo não circulante		655
<u>Patrimônio líquido</u>		
Capital social	8	28.088
Prejuízos acumulados		(2.211)
Total do patrimônio líquido		25.877
Total do passivo		26.719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Período de 20 de fevereiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2024
Receita líquida	10	21.717
Custo	11	(23.339)
Prejuízo		(1.622)
<u>Despesas operacionais</u>	11	
Despesas gerais e administrativas		(175)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(117)
Total despesas operacionais		(292)
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(1.914)
<u>Resultado financeiro</u>	12	
Receitas financeiras		380
Despesas financeiras		(1)
Total do resultado financeiro		379
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(1.535)
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	13	
Imposto de renda e contribuição social correntes		(21)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(655)
Total dos tributos		(676)
Prejuízo do exercício		(2.211)
Prejuízo por ação em R\$ - básico e diluído	9	(0,0630)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Período de 20 de fevereiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024
Prejuízo do exercício	(2.211)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(2.211)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Período de 20 de fevereiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar		
Resultado abrangente total:				
Prejuízo exercício	-	-	(2.211)	(2.211)
Transações com os acionistas				
Integralização de capital	35.110	(7.022)	-	28.088
Saldo em 31 de dezembro de 2024	35.110	(7.022)	(2.211)	25.877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

31.12.2024

<u>Atividades operacionais</u>	
Prejuízo do exercício	(2.211)
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>	
Atualização do ativo financeiro da concessão	(350)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	117
Baixa de ativo contratual	3.904
Tributos e contribuições sociais diferidos	655
<u>Aumento dos ativos</u>	
Contas a receber de clientes	(117)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(57)
<u>Aumento dos passivos</u>	
Outras obrigações fiscais	187
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.128
<u>Atividades de investimentos</u>	
Adições para ativo contratual	(21.250)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(21.250)
<u>Atividades de financiamentos</u>	
Integralização de capital	28.088
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	28.088
Variação no caixa líquido	8.966
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	8.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Luz de Maringá S.A. (“Luz de Maringá”), sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Enel X Brasil S.A. e indiretamente pela Selt Engenharia Ltda., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, constituída em 20 de fevereiro de 2024, tem como objeto social a prestação de serviços de iluminação pública no município de Maringá/PR, incluídas a implantação, expansão, operação, telegestão e manutenção da rede de iluminação pública nos termos do Contrato de Concessão, conforme o Edital de Concorrência Pública 023/2023. A Companhia opera sob contrato de concessão firmado com a Prefeitura de Maringá, pelo prazo de 13 anos. O contrato tem fases estabelecidas, conforme segue:

Fases	Conclusão realizada / prevista	Serviço
Fase preliminar	Concluída em junho de 2024	Preparação e assunção dos serviços
Fase I	Concluída em novembro de 2024	Transição
Fase II	Prevista para fevereiro de 2026	Modernização e eficiência
Fase III	Prevista até o término do contrato	Operação e manutenção

Na fase II, a Companhia tem marcos estabelecidos que representam as entregas definidas em contrato. A tabela a seguir demonstra os marcos relacionados a eficiência e modernização.

Marcos	Conclusão prevista
1º marco	Previsto para junho de 2025
2º marco	Previsto para outubro de 2025
3º marco	Previsto para fevereiro de 2026

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 4 de junho de 2025.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Estabelece requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com covenants.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	Define a responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40 - Instrumentos financeiros - evidenciação - Acordos de financiamento de fornecedores	Define requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Maringá S.A.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	<p>Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.</p> <p>As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.</p> <p>Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.</p> <p>Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.</p>	1º de janeiro de 2027
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	<p>A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.</p>	1º de janeiro de 2025
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.</p> <p>Requisitos de classificação e mensuração no CPC 48 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.</p>	1º de janeiro de 2026
		1º de janeiro de 2026

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2.4 Aplicação dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas:

Nota 4 – Ativo contratual da concessão;

Nota 6 – Provisões para processos judiciais,

Nota 9 – Receita de operação e manutenção – O&M e receita de construção,

Nota 12 – Imposto de renda e contribuição social diferidos, e

Nota 14 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2024
Caixa e contas correntes bancárias	109
Aplicações financeiras	
CDB (Aplicações diretas)	8.857
Total	8.966

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações em CDBs foram remunerados em média a 97,00% do CDI.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Maringá S.A.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 15).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

4. Contas a receber

O saldo registrado engloba as contas a receber com serviços prestados, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Total	PECLD	31.12.2024
Contas a receber	117	117	(117)	-
Total	117	117	(117)	-

O saldo a receber corresponde a serviços prestados, que são recebidos através de contraprestações, no âmbito do contrato de Parceria Público Privada (PPP), firmado com a Prefeitura de Maringá, em concorrência pública nº 002/2023. As faturas são liquidadas normalmente em até 30 dias após o mês de sua ocorrência. As contraprestações são mensais, garantidas pela Contribuição de Iluminação Pública (“CIP”).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia verificou que o custo de operação e manutenção excedeu as contraprestações recebidas, desta forma, reconheceu uma provisão para crédito de liquidação duvidosa deste montante.

5. Ativo contratual da concessão

O ativo contratual da concessão, corresponde aos direitos da Companhia obtidos com os serviços de modernização prestados e não faturados, uma vez que o recebimento da contraprestação depende do atingimento de performance estabelecidas no contrato, reconhecido em contrapartida da receita de construção.

A mensuração do valor da reclassificação para contas a receber ocorre periodicamente, e corresponde ao valor da contraprestação mensal, descontando-se a receita de operação e manutenção (O&M), uma vez que neste momento a Companhia obtém o direito incondicional sobre o desempenho e execução da modernização correspondente. As alterações relevantes nos valores ou no cronograma contratual são tratadas como mudança de estimativa contábil, de acordo com o CPC 23.

Conforme determinado pelo CPC 47 existe um componente de financiamento significativo no contrato e por conta disso os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco de crédito do cliente.

A atualização do ativo de contratual é realizada com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 0,61% ao mês.

A Companhia avalia o ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável, mensurando, apresentado e divulgando da mesma forma que um ativo financeiro que esteja dentro do alcance do CPC 48.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uso de estimativas

Provisão para perda do valor recuperável do ativo

Os ativos de contrato relacionam-se principalmente ao direito decorrente do contrato de concessão de serviço público a entidades do setor privado. Na data das demonstrações financeiras não houve qualquer impacto sobre os ativos de contrato relacionados com os serviços de implementação da infraestrutura, e receita de operação e manutenção uma vez que a Companhia está cumprindo todas as suas obrigações contratuais.

Para o ativo de contrato o teste do valor recuperável dos ativos (“*Impairment*”) deverá ser feito sempre que houver indicativo de acordo com os requerimentos do CPC 01. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A movimentação do ativo contratual da concessão é como segue:

	Nota	31.12.2024
Adições		21.250
Reavaliação ativo contratual	5.1	(3.904)
Atualização financeira		350
Saldo final		17.696
Circulante		1.362
Não circulante		16.334

5.1. Em 31 de dezembro de 2024, a contraprestação mensal não foi suficiente para cobrir os custos de operação e manutenção (O&M). Após a revisão das estimativas dos custos incorridos com a execução das obras e em linha com a norma do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a Companhia reconheceu uma baixa de R\$ 3.904 no ativo contratual.

6. Outras obrigações fiscais

	31.12.2024
<u>Obrigações fiscais federais</u>	
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	26
Programa de Integração Social - PIS	5
INSS sobre terceiros	8
Outras obrigações federais	21
	60
<u>Obrigações fiscais municipais</u>	
Imposto sobre Serviços - ISS	127
	127
Total	187

7. Provisão para processos judiciais

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não está envolvida em ações judiciais em que a probabilidade de perda foi julgada como possível e/ou provável.

8. Patrimônio Líquido

8.1. Capital social

O capital social é de R\$ 35.110 em 31 de dezembro de 2024, parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2024	
	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel X Brasil S.A.	28.087.700	80,00%
Selt Engenharia Ltda.	7.021.925	20,00%
Total	35.109.625	100,00%

8.2. Destinação de resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 2.211.

9. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2024

Prejuízo do exercício	(2.211)
Número de ações	35.109.625

Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$) **(0,0630)**

10. Receita líquida

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

O contrato é regido por documento formal que estabelece níveis de desempenho, mecanismos de ajuste de preços e resolução de conflitos por via arbitral. Tal contrato pode ser descrito como “construir-operar-transferir” ou “recuperar-operar-transferir” ou contrato de concessão de serviço público a entidades do setor privado, conforme disposto no Item 2 do ICPC01. O poder concedente regulamenta os serviços que devem ser prestados pela Companhia, diretamente às prefeituras de cada município, durante todo o período do contrato de concessão, que são os serviços de modernização da infraestrutura bem como a operação e manutenção da infraestrutura modernizada. Considerando que o concessionário presta serviços de construção ou de melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário está sendo reconhecida com base no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

É relevante destacar que, em caso de atrasos na conclusão dos marcos acordados com o Poder Concedente, os riscos e eventuais penalidades serão assumidos e suportados pela Concessionária. Isso implica que o valor total do contrato e, conseqüentemente, o reconhecimento da receita ao longo da execução do contrato deve ser reavaliado periodicamente pela Administração, considerando qualquer impacto decorrente de atrasos ou mudanças nas circunstâncias contratuais.

	Nota	2024
Receita de operação e manutenção - O&M	10.1	117
Receita de construção	10.2	21.250
Atualização financeira	10.3	350
Total		21.717

10.1. Receita de operação e manutenção – O&M

O contrato de Parceria Público Privada – PPP contém duas obrigações de desempenho:

- Serviços de operação e manutenção – O&M: reconhecido com base nos custos incorridos, sem adição de margem (margem zero); e
- Serviços de construção: determinado por meio do custo incorrido (conforme nota 10.2).

Essa abordagem reflete a natureza contínua dos serviços de O&M, cujo valor não foi previamente definido no contrato, estando limitado à recuperação dos custos necessários para manter a operação da infraestrutura.

O cumprimento da obrigação de desempenho no caso dos serviços de O&M ocorre quando o poder concedente pode se beneficiar de forma isolada desses serviços, visto que ele mantém a infraestrutura funcionando de forma plena e eficaz e em fases distintas, ou seja, em momento específico de tempo e na medida em que os custos são incorridos.

10.2. Receita de construção

A receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. No tocante a definição da margem, a Companhia determinou margem apropriada para esse tipo de transação, 10% do total dos custos.

O cumprimento da obrigação de desempenho ocorre quando o poder concedente (cliente) pode se beneficiar, de forma isolada, dos benefícios econômicos, que pode ser qualificado como sendo a transferência dos ativos vinculados à concessão, onde toda essa infraestrutura modernizada será transferida para o seu poder e ele poderá usufruir dos benefícios das benfeitorias realizadas.

Anualmente a Companhia revisa as estimativas de custos incorridos e previstos com a execução das obras de construção da modernização da infraestrutura, com o objetivo de assegurar a razoabilidade da margem de 10% adotada na mensuração da receita de construção. Essa revisão visa garantir a aderência da margem aos parâmetros definidos na política contábil da Companhia, bem como assegurar sua continuidade ao longo do tempo, considerando os custos efetivos e as condições contratuais vigentes. Quaisquer ajustes identificados em decorrência dessa reavaliação são reconhecidos prospectivamente, conforme previsto no CPC 48.

Os adiantamentos recebidos estão incluídos nos passivos de contrato. Não há passivos de contrato registrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

10.3. Receita de atualização do ativo de contrato

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear, com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura da concessão e considera as especificidades de cada projeto de melhorias e efficientização. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 0,61% ao mês.

10.4. Parcela variável

O contrato define uma remuneração máxima mensal que deve ser paga pelo poder concedente, porém a remuneração pode variar de acordo com algumas métricas estabelecidas atreladas a performance, desempenho, manutenção dentre outras e após a análise do verificador independente uma parcela da remuneração pode ficar comprometida de acordo com a medição de tais parâmetros de qualidade estipulados. Desta forma, a norma requer que o valor da contraprestação variável seja estimado. Para auxiliar nessa mensuração, considerando que a contraprestação a ser recebida está relacionada com uma série de fatores de qualidade e pode haver diversos cenários possíveis, a Companhia entende que o melhor método de mensuração da contraprestação variável seja o “valor esperado” (o valor mais provável).

A parcela variável pode ocorrer para a receita de construção ou modernização (nota 10.2) e/ou receita de serviços (nota 10.1). Não ocorreu parcela variável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



11. Custos e despesas operacionais

				2024	
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável	Total
Serviços		-	(175)	-	(175)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(117)	(117)
Custo de construção		(19.318)	-	-	(19.318)
Reavaliação ativo contratual	5.1	(3.904)	-	-	(3.904)
Custo de operação e manutenção - O&M		(117)	-	-	(117)
Total		(23.339)	(175)	(117)	(23.631)

12. Resultado financeiro

	2024
Receitas financeiras	
Renda de aplicações financeiras	399
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(19)
Total	380
Despesas financeiras	
Atualização de impostos e multas	(1)
Total	(1)
Total	379

13. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2024
Receita de suprimento de energia elétrica	21.717
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	1.737
Total base de cálculo do imposto de renda	2.136
Alíquota do imposto de renda (15%)	(320)
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês (10%)	(190)
Total do imposto de renda	(510)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	2.606
Total base de cálculo da contribuição social	3.005
Alíquota da contribuição social (9%)	(270)
Total	(780)

(b) Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	<u>Balancos patrimoniais</u>	<u>Resultado</u>
	31.12.2024	2024
<u>Tributos diferidos ativos:</u>		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	40	40
	40	40
<u>Tributos diferidos passivos:</u>		
Ativo contratual da concessão	(695)	(695)
	(695)	(695)
Total	(655)	(655)

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos de R\$ 40, até 31 de dezembro de 2025.

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

14. Partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não realizou operações com partes relacionadas.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2024.

15. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15.1. Instrumentos financeiros

15.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Categoria	Nível (a)	31.12.2024	
			Contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	8.966	8.966
Ativo contratual da concessão	Custo amortizado	2	17.696	17.696
Total do ativo			26.662	26.662

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 15.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalente de caixa, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

15.2. Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

15.3. Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Luz de Maringá S.A.

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de commodities, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio é a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos e Controles Internos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de *Risk Control Brazil* (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O risco é basicamente proveniente de: (i) equivalentes de caixa; e (ii), ativo contratual da concessão.

	Nota	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.966
Ativo contratual da concessão	5	17.696
Total		26.662

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

(b.4) Riscos de liquidez

(b.4.1) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nos indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

16. Seguros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/24	31/10/25	32.605	6.284.546
Responsabilidade civil geral	31/10/24	31/10/25	N/A	100.860
Responsabilidade civil administradores	10/11/24	10/11/25	N/A	86.382
Riscos ambientais	31/10/24	31/10/25	N/A	125.691

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.